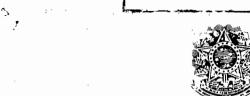
ESUOTADO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 543, DE 1991

(Do Sr. Uldurico Pinto)

Dispõe sobre retenção dolosa do salário.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.943, DE 1989).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art.	Jō	-	Dê-se aos dispostivos indicados do Código Penal Brasile <u>i</u>
			ro - Decreto-Lei nº 2848, de 7 de decembro de 1940 s
			seguinte redação:
			"Art. 168
			Pena: reclusão, de dois a oito anos, e multa.
			Parágrafo Unico
			I
			II
			III
Art.	2₽	-	Esta lei vigora com a publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição de 5 de outubro de 1938, dispôs, sabiamente, sobre o caráter delituoso da retenção dolosa do salário, e, carecendo tai determinação de regulamentação, estamos apresentando

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

projeto de lei para modificar o arrigo do Código Penal que — trata da apropriação indébita, que é a figura jurídica em que deve — ser enquadrada aquela prática delituosa.

Nos termos da nossa proposta, objetivamos não apenas agravar as penas para as hipóteses de retenção dolosa do salário, mas intentamos incluir, expressamente, o patrão nos casos em que a punição é aumentada em um terço, caso venha ele a praticar aque le delito, que, em verdade, constitui-se em ato dos mais covardes contra os trabalhadores brasileiros.

Sabemos todos que o processo inflacionário em nosso País é dos mais perversos e o que consideramos realmente grave é o fato de que os trabalhadores de mais baixa renda são os principais penalizados quando ocorre a retenção dolosa do salário. Entretanto, não podem ser tratados da mesma forma o empresário que se vê em dificuldades momentâneas e fica impossibilitado de pagar o salário a seus empregados e àquele que deixa de pagá-lo, na época devida, para aplicar no mercado financeiro, obtendo dessa forma, criminosamente, lucros em cima da miséria, da fome e da doença dos trabalhadores, que são presas fáceis de tais empresários, desonestos e inescrupulosos, que precisam ter coibida essa prática por meio de legislação rigorosa.

uldura Pinto

LEGISLAÇÃO CITADA PREVISE pelo inte

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

DECRETO-LEI Nº 2848, de 7 de dezembro de 1940.

CAPITULO V

DA APROPRIAÇÃO INDEBITA

Art. 160. Apropriar-se de coisaalheia móvel, de que tem a posse ou a detenção:

Pena: reclusão, de 1 (um) a 4(quatro) anos, e multa.

Parágrafo Unico: A pena é aumentada de um terço, quando o agente recebeu a coisa:

I - em depúsito necessário;

II - na qualidade de tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial;
III - em razão de ofício, emprego ou profissão.

03/04/81